

RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: ADAPTACÕES E DESAFIOS

VERA PORTO^{*}
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACÃO
FORTALEZA - CEARÁ - BRASIL

RESUMO

As religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, constituem pilares da identidade cultural do Brasil. Apesar de sua relevância, enfrentam um paradoxo contemporâneo: ao mesmo tempo em que ganham reconhecimento institucional, sofrem com a persistência da intolerância religiosa, reflexo do racismo estrutural. Nesse contexto, este artigo analisa como as estratégias de resistência dessas tradições se reconfiguraram, transitando de práticas históricas de sincretismo para uma luta política por direitos e visibilidade. O objetivo é investigar o impacto de políticas públicas recentes, notadamente a patrimonialização pelo IPHAN e a implementação da Lei 10.639/03, na valorização e preservação dessas práticas religiosas. A metodologia, de abordagem qualitativa e fundamentada na Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de legislações e pareceres institucionais. Conclui-se que, embora os avanços legais representem uma conquista fundamental, eles são insuficientes para superar as barreiras do preconceito. A análise revela que os terreiros se consolidam como espaços centrais não apenas de culto, mas de resistência política e fortalecimento da identidade afrodescendente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Religiões afro-brasileiras; intolerância religiosa; resistência cultural; sincretismo; identidade afrodescendente.

ABSTRACT

Afro-brazilian religions, such as Candomblé and Umbanda, are pillars of Brazil's cultural identity. Despite their relevance, they face a contemporary paradox: while gaining institutional recognition, they continue to suffer from persistent religious intolerance, a reflection of structural racism. In this context, this article analyzes how the resistance strategies of these traditions have been reconfigured, shifting from historical practices of syncretism to a political struggle for rights and visibility. The objective is to investigate the impact of recent public policies—notably their recognition as cultural heritage by IPHAN (Brazil's National Historical and Artistic Heritage Institute) and the implementation of Law 10.639/03—on the valorization and preservation of these religious practices. Grounded in Clifford Geertz's Interpretive Anthropology, the qualitative methodology involves a literature review and a documentary analysis of legislation and institutional reports. The study concludes that although legal advancements represent a fundamental achievement, they are insufficient to overcome the barriers of prejudice. The analysis reveals that terreiros (Afro-Brazilian places of worship) are consolidating their role as central spaces not only for worship

* Mestre em Ciências da Educação pela Universidade da Madeira. Atualmente trabalha no Distrito de Educação II da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. E-Mail: veraporto@gmail.com.

but also for political resistance and the strengthening of Afro-descendant identity in Brazilian society.

Las religiones afrobrasileñas, como el Candomblé y la Umbanda, constituyen pilares de la identidad cultural de Brasil. A pesar de su relevancia, enfrentan una paradoja contemporánea: al mismo tiempo que obtienen reconocimiento institucional, sufren la persistencia de la intolerancia religiosa, reflejo del racismo estructural. En este contexto, este artículo analiza cómo las estrategias de resistencia de estas tradiciones se han reconfigurado, transitando de prácticas históricas de sincretismo a una lucha política por los derechos y la visibilidad. El objetivo es investigar el impacto de políticas públicas recientes, especialmente su declaración como patrimonio por parte del IPHAN (Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional) y la implementación de la Ley 10.639/03, en la valorización y preservación de estas prácticas religiosas. La metodología, de enfoque cualitativo y fundamentada en la Antropología Interpretativa de Clifford Geertz, se basa en la revisión bibliográfica y el análisis documental de legislaciones e informes institucionales. Se concluye que, si bien los avances legales representan un logro fundamental, son insuficientes para superar las barreras del prejuicio. El análisis revela que los terreiros (lugares de culto afrobrasileños) se consolidan como espacios centrales no solo de culto, sino también de resistencia política y fortalecimiento de la identidad afrodescendiente en la sociedad brasileña.

RESUMEN

INTRODUCÃO

As religiões afro-brasileiras representam um elemento fundamental na construção da identidade cultural do Brasil. Apesar de sua relevância histórica e social, essas tradições enfrentam desafios significativos, como a intolerância religiosa e a marginalização. Este estudo busca compreender as adaptações e os desafios contemporâneos dessas religiões, destacando como suas estratégias de resistência evoluíram do sincretismo histórico para uma luta política por reconhecimento e direitos no contexto brasileiro atual.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar os desafios contemporâneos enfrentados pelas religiões afro-brasileiras e suas estratégias de preservação, com ênfase no papel das políticas públicas. Entre os objetivos específicos, pretende-se: identificar os desafios atuais, como a discriminação e os ataques a terreiros; e analisar o impacto de políticas públicas, como o reconhecimento patrimonial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Lei 10.639/2003, na valorização e no fortalecimento dessas tradições religiosas.

A justificativa para este estudo reside na importância de dar visibilidade às religiões afro-brasileiras, que historicamente foram marginalizadas e perseguidas devido ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. A intolerância religiosa contra essas tradições tem raízes profundas na colonização, quando práticas religiosas africanas eram reprimidas e demonizadas. Esse preconceito persiste até os dias atuais, resultando em ataques a terreiros, discriminação contra praticantes e estigmatização dessas religiões. Assim, a pesquisa busca evidenciar a resiliência dessas práticas religiosas e seu papel na formação da identidade cultural brasileira. Além disso, o estudo dialoga com a perspectiva da Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz, que entende a cultura como um sistema simbólico essencial para a construção e manutenção do conhecimento e das relações sociais. Dessa forma, compreender as religiões afro-brasileiras a partir dessa abordagem contribui para a valorização de suas práticas e significados.

A metodologia adotada para este estudo é de caráter bibliográfico e qualitativo, fundamentada na análise de obras acadêmicas, artigos científicos e documentos históricos que tratam da formação, adaptação e desafios das religiões afro-brasileiras. O levantamento bibliográfico inclui a revisão de autores e estudos sobre o tema, abrangendo aspectos históricos, culturais e sociológicos. A análise documental envolve a consulta a legislações e diretrizes que tratam da valorização dessas tradições, como a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, e documentos do IPHAN sobre o patrimônio cultural imaterial. Além disso, são aplicados conceitos da Antropologia Interpretativa para examinar o papel dos símbolos, rituais e mitologias dessas religiões, compreendendo como elas ressignificam sua identidade diante das mudanças sociais. A pesquisa também investiga o impacto do colonialismo, do sincretismo religioso e das lutas contemporâneas contra o racismo estrutural, além de refletir sobre os desafios atuais enfrentados pelas religiões afro-brasileiras.

O texto inicia tratando de como surgiu as religiões de matriz africana no Brasil, trazendo uma abordagem sobre as expressões culturais e espirituais que surgiram da diáspora africana no Brasil durante o período colonial, resultado da mistura de tradições africanas, indígenas e europeias, sobretudo o Catolicismo. Bem como, procura explicar como a distribuição geográfica e a época de chegada dos africanos escravizados influenciaram a preservação de suas culturas no Brasil, destacando o papel fundamental da religião para a manutenção de sua identidade.

O segundo tópico, procura enfatizar a relevância dessas práticas na construção cultural do Brasil e a necessidade de valorização e respeito à diversidade religiosa. As religiões afro-brasileiras, como o candomblé, a umbanda, o xangô, o tambor de mina e o batuque, passaram por um processo de adaptação histórica marcado pelo sincretismo com o Catolicismo, especialmente durante e após a escravidão, como forma de preservar tradições diante da repressão. Essa associação permitiu que os orixás fossem ligados a santos católicos, garantindo a continuidade das práticas religiosas. Além do Catolicismo, influências indígenas e do Espiritismo Kardecista também se manifestam nessas tradições.

Pode-se verificar, também, que apesar de sua tolerância religiosa e ausência de proselitismo, as religiões afro-brasileiras enfrentaram e ainda enfrentam marginalização, preconceito e perseguição, evidenciando desigualdades raciais e religiosas. Contudo, os terreiros desempenham papel central como espaços de culto, resistência e preservação cultural. Na contemporaneidade, essas religiões se adaptam às novas gerações e aos contextos urbanos, utilizando mídias e elementos da cultura popular para revitalizar suas práticas. Globalmente, sua expansão fortalece a identidade e resistência cultural das diásporas africanas, exigindo maior reconhecimento e respeito à diversidade religiosa no Brasil.

O último tópico procura sintetizar a luta histórica contra o preconceito e a discriminação racial no mundo e no Brasil, destacando ações para promover a igualdade e combater o racismo estrutural. Internacionalmente, essa luta ganhou força com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), e foi reforçada com a Década Internacional de Afrodescendentes (2014-2024), promovida pela ONU. No Brasil, o racismo está enraizado desde o período escravocrata, com a marginalização das religiões afro-brasileiras, que enfrentaram perseguições e estigmatização.

Apesar dos avanços, como o reconhecimento do Candomblé e da Umbanda como patrimônios culturais imateriais e a implementação de diretrizes que favoreçam o ensino de história e cultura afro-brasileira, a intolerância religiosa e o racismo persistem. Dessa forma, a importância de políticas públicas, educação inclusiva e valorização das culturas de matriz africana são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa à diversidade.

Dessa forma, este artigo argumenta que as estratégias de resistência das religiões afro-brasileiras se reconfiguraram no século XXI, transitando de práticas de sincretismo para uma luta política por reconhecimento e direitos. A análise demonstra como o debate sobre patrimônio e educação se tornou central para o fortalecimento da identidade afrodescendente e para a construção de uma sociedade efetivamente plural.

O DESENROLAR DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL

As religiões afro-brasileiras podem ser consideradas expressões culturais e espirituais que emergiram da diáspora africana no Brasil, mesclando tradições africanas, indígenas e europeias (especialmente o Catolicismo português) durante o período colonial no Brasil. Nos estudos pioneiros da década de 1940, autores como Arthur Ramos analisaram o fenômeno a partir do conceito de 'aculturação', refletindo o pensamento antropológico da época. "O estudo da transplantação das culturas africanas para o Brasil só pode ser feito à luz dos métodos da aculturação, isto é, do resultado dos contatos culturais."¹ Considerando a África como um continente extremamente amplo em todos os aspectos, como histórias, culturas, línguas, religiões e geografias muito distintas. "Somente na África negra são mais de 1.000 grupos étnicos com suas respectivas religiões".² No aspecto cultural e linguístico, a África é o continente mais diverso do mundo, em que religiões tradicionais africanas coexistem com o Islamismo (predominante no norte e em partes do oeste) e o Cristianismo (amplamente praticado no sul, centro e leste). Dessa forma, valorizar suas múltiplas realidades é essencial para um olhar mais justo e respeitoso sobre os afrodescendentes.

Entre os africanos escravizados trazidos para o Brasil durante o período colonial, pode-se destacar dois grupos principais: os Bantu, vindos do Congo e de Angola e os Jêje-Nagô do Daomé, de origem sudanesa. Sendo os primeiros, trazidos durante o início e o meio do período colonial e distribuídos por grandes plantações de café e açúcar em estados do Sudeste como

¹ RAMOS, Artur. *A Aculturação Negra no Brasil*. S. Paulo. 1942, p. 5.

² BERKENBROCK, Volney José. *A Experiência dos Orixás: Um estudo sobre a experiência religiosa do Candomblé*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 62.

Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, em um período de difícil comunicação entre as regiões e os centros urbanos estavam apenas começando a se desenvolver. No caso dos africanos sudaneses, chegaram no final do sistema escravista, quando as cidades brasileiras estavam mais consolidadas e foram concentrados em áreas urbanas ricas e desenvolvidas do Norte e Nordeste, especialmente em capitais como Salvador e Recife. A Bahia, em particular, manteve um comércio intenso com a região africana da “Costa dos Escravos”, permitindo um contato contínuo com a cultura de origem.

Assim, os sudaneses, por terem uma língua e costumes similares, conseguiram se organizar e manter laços comunitários, o que favoreceu a preservação cultural e religiosa.³ Posteriormente, Roger Bastide avançou na análise, estudando em um período distinto a complexidade da manutenção de estruturas sociais africanas no Brasil. Ele apontou não apenas para a fusão, mas para a coexistência de universos culturais, destacando as diferenças e inovações em relação aos estudos anteriores: “[...] descendente do Africano, com efeito, faz simultaneamente parte de dois mundos, diferentes e mesmo opostos: o dos candomblés, que continua a conter, numa terra estrangeira, bocados inteiros das civilizações originais desses negros, e o universo da comunidade brasileira mais vasta.”⁴

No período colonial, as religiões africanas no Brasil ressignificaram importantes elementos culturais africanos como forma de resistência à imposição do Catolicismo pelos colonizadores. Dessa forma, “[...] o século XIX viu transportar, implantar e reformular no Brasil os elementos de um complexo cultural africano que se expressa atualmente através de associações bem-organizadas, *egbé*, onde se mantém e se renova a adoração das entidades sobrenaturais, os *órisá*, e a dos ancestrais ilustres, os *égun*.⁵

O contato dos africanos escravizados com outras culturas religiosas fez surgir o sincretismo em diferentes territórios do país como: o Candomblé, originada a partir das culturas iorubá, jeje e bantu, em que muitos orixás foram associados a santos católicos para driblar a

³ SACRAMENTO, Mariana Pereira do. *Povos tradicionais de terreiro: memória, resistência e construção das relações nas políticas públicas*. Dissertação de Mestrado, 2016.

⁴ BASTIDE, Roger. *Les religions africaines au Brésil*. Paris: P.U.F. 1960, p. 519.

Texto original: Les descendants d’Africains, en effet, font simultanément partie de deux mondes, différents et même opposés: celui des Candomblés, qui continue de contenir, en terre étrangère, des pans entiers des civilisations originelles de ces peuples noirs, et l’univers de la communauté brésileienne au sens large.

⁵ SANTOS, Milton. O território e a Constituição. *Revista de Administração Pública*, v. 20, n. 4. 1986, p. 32.

repressão religiosa. A Umbanda, surgiu no início do século XX no Rio de Janeiro e traz uma mistura elementos do Candomblé, Espiritismo Kardecista, Catolicismo e tradições indígenas; incorpora guias espirituais como caboclos, pretos-velhos e crianças. A Quimbanda, é uma ramificação da Umbanda, com foco nas forças da dualidade e na manipulação de energias, busca de equilíbrio e resolução de problemas terrenos. O Tambor de Mina, originariamente maranhense, com influência jeje e elementos indígenas e portugueses, agrega o culto aos voduns, espíritos encantados e santos católicos. O Batuque, tem origem na Região Sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, com raízes bantu, cultua aos orixás e em práticas rituais com música e dança. O Xangô do Recife e de Alagoas, tem semelhança com o candomblé, mas com elementos culturais locais e forte sincretismo com o Catolicismo.

Esse sincretismo religioso foi uma forma de preservação das crenças africanas diante da repressão colonial e da imposição do Catolicismo, bem como de resistência cultural dos povos africanos escravizados, que adaptaram seus cultos às novas realidades impostas pela colonização. Essas religiões desempenham papel fundamental na identidade cultural brasileira e na resistência dos povos afrodescendentes, mas apesar disso, ainda enfrentam preconceito e intolerância religiosa.

Na perspectiva da Antropologia Hermenêutica ou Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz, a cultura é “[...] um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepção herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.”⁶ Por meio da cultura, os seres humanos propagam suas “raízes” ancestrais e sua relação com o mundo. Portanto, interpretar a cultura é essencial para compreender o significado das ações humanas em um contexto social.

No que diz respeito a cultura religiosa de matriz africana, ao longo do tempo essas religiões passaram por processos de ressignificação, adaptação, transnacionalização, resistência e enfrentamento de desafios, tanto no contexto local quanto global. Religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, estão profundamente enraizadas na cultura e na história do Brasil. Elas valorizam a conexão com a terra, os elementos naturais e as tradições dos ancestrais, refletindo uma rica herança cultural fundamental para a identidade de muitas comunidades.

⁶ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978, p. 103.

Esse vínculo com o território e a ancestralidade é essencial para a prática e a preservação dessas religiões, que buscam honrar e celebrar a história e os ensinamentos dos antepassados.

O Candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravos, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar as novas condições de ambientais. É a religião que tem como função primordial o culto às divindades – inquices, orixás ou voduns –, seres que são a força da natureza, sendo seus criadores e também administradores. Religião possuidora de muitos simbolismos e representações que ajudam a compreender o passado e também a discernir melhor as verdades e as mentiras, permitindo assim definir conceitos. No Candomblé nada se inventa ou se cria, só aprende e se aprimora. Este saber e este conhecimento são conquistados com a prática no dia a dia, com o tempo, com a humildade, o merecimento, a inteligência e, principalmente, com a vontade de aprender!⁷

Entre os séculos XVI e XIX, milhões de africanos foram capturados e trazidos à força para o Brasil como parte do tráfico transatlântico de escravos. Não existe uma estimativa precisa para o número de africanos desembarcados e escravizados no Brasil. Contudo, o Batisde estima “[...] uma quantia aproximada de 3,5 milhões de negros chegados ao Brasil desde os primórdios da colonização até o fim do tráfico legal ou clandestino.”⁸ Os grupos étnicos trazidos eram diversos, refletindo as ricas tradições religiosas e culturais, e contribuíram para a formação de religiões afro-brasileiras, que deram origem a manifestações como o Candomblé e a capoeira.

A escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira, que ainda hoje lida com questões de racismo estrutural e desigualdade social derivadas desse passado. No entanto, foi na religião que os povos escravizados encontraram a resistência contra a opressão do sistema escravagista e a dominação colonial no Brasil. Por meio da espiritualidade e das práticas religiosas, eles encontraram não só um meio de preservar a sua identidade cultural, mas também uma fonte de força, esperança e união.

As religiões de matriz africana, como o Candomblé, a Umbanda e o Batuque, foram formas de resistência cultural e espiritual. Mesmo com a repressão dos senhores de escravos e

⁷ MAURÍCIO, George. *O candomblé bem explicado: Nações Bantu, Iorubá e Fon*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014, p. 29.

⁸ BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. 2 vols. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1971, p. 53.

da Igreja Católica, os africanos adaptaram e sincretizaram suas divindades (*orixás, voduns e inkices*) com santos católicos, permitindo a continuidade dos seus cultos de forma disfarçada. A Umbanda e o Candomblé apresentam algumas características distintas que valem a pena ser mencionadas e analisadas:

A Umbanda corresponde a integração das práticas afro-brasileiras na moderna sociedade brasileira; o Candomblé significaria justamente o contrário, isto é, a conservação da memória coletiva africana no solo brasileiro. É claro que não devemos conceber o Candomblé em termos de pureza africana; na verdade ele é um produto afro-brasileiro resultado da bricolagem desta memória coletiva, sobre matéria nacional brasileira que a história ofereceu aos negros escravos. Entretanto pode se afirmar que para o Candomblé a África continua sendo fonte privilegiada do sagrado, o culto dos deuses negros se opondo a uma sociedade brasileira branca ou embranquecida. Desta forma uma ruptura se inscreve entre a Umbanda e o Candomblé: para a primeira, a África deixa de constituir em fonte de inspiração sagrada; o que é afro-brasileiro se torna brasileiro. É necessário entender o que queremos dizer com a ruptura; não se trata de ressignificar com esta palavra a ausência do que é negro no seio da Umbanda, pelo contrário, insistiremos em todo o nosso trabalho na importância da contribuição africana para a formação da religião umbandista.⁹

A abordagem sobre a ruptura entre a Umbanda e o Candomblé, de forma alguma, se refere a um afastamento ou negação das raízes africanas da Umbanda, mas a uma mudança na maneira como essas raízes são ressignificadas e incorporadas no contexto brasileiro. No Candomblé, a África permanece como referência sagrada central, com práticas, liturgias e mitos que buscam preservar e reproduzir tradições africanas, mantendo uma forte ligação com as culturas e cosmogonias de origem iorubá, jeje e bantu. Já na Umbanda, essa relação com a África passa a ser reinterpretada em um novo contexto: o afro-brasileiro se torna brasileiro. Isso significa que, embora a contribuição africana continue fundamental, a Umbanda busca integrar outros elementos culturais presentes no Brasil, como o Catolicismo popular, o Espiritismo

⁹ ORTIZ. Renato. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Braziliense, 1999, p. 16.

Kardecista e tradições indígenas. Assim, o sagrado na Umbanda se nacionaliza, adaptando-se a um imaginário espiritual que valoriza a brasiliade e a diversidade cultural do país.

Além da prática religiosa, as celebrações, músicas, danças e rituais funcionavam como momentos de alívio e fortalecimento coletivo. O toque dos tambores, os cânticos e as danças eram também formas de comunicação e organização de fugas e rebeliões, como no caso do Quilombo dos Palmares. No entanto, embora a religião tenha desempenhado um papel de resistência e de refúgio espiritual, no sentido de preservação da dignidade e identidade dos povos africanos no Brasil, ela também foi, paradoxalmente, um instrumento de repressão e colonização cultural.

A imposição do Catolicismo pelos colonizadores portugueses visava apagar práticas religiosas africanas e indígenas, promovendo a assimilação cultural forçada. Muitas manifestações religiosas de origem africana foram marginalizadas, criminalizadas e perseguidas ao longo da história brasileira, o que dificultou a livre expressão dessas tradições e reforçou estigmas. Além disso, em alguns casos, a conversão ao Cristianismo foi utilizada para justificar a escravidão sob o argumento de “salvar almas”, contribuindo para a opressão dos africanos e de seus descendentes.

O SINCRETISMO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

As religiões afro-brasileiras passaram por um processo de adaptação ao longo da história, especialmente durante o período de escravidão e após a abolição. O sincretismo com o Catolicismo foi uma estratégia importante para que os praticantes pudessem manter suas tradições e crenças vivas, mesmo diante da repressão e do preconceito. Ao associar os orixás a santos católicos, eles conseguiram continuar suas práticas religiosas de forma mais segura, preservando assim sua cultura e identidade. Essa resistência é uma parte fundamental da história e da riqueza das religiões afro-brasileiras.

Por razões históricas de sua constituição, as religiões afro-brasileiras são as que mais se aproximam de outras, primeira e especialmente do catolicismo, e em segundo plano de religiões indígenas e do Espiritismo Kardecista. Pela densidade do

sincretismo que se pode observar a olho nu, as religiões afrobrasileiras, entre elas o Candomblé, o xangô, o tambor de mina, o batuque e a umbanda, não raro, são classificadas numa categoria genérica denominada religiões sincréticas.¹⁰

O sincretismo religioso é um traço marcante das religiões afro-brasileiras, resultado da complexa história de colonização, escravização e interação cultural no Brasil. Para manter suas práticas religiosas diante da repressão, os africanos associaram seus orixás e divindades a santos católicos, por exemplo, Oxóssi foi identificado com São Sebastião, Iemanjá com Nossa Senhora da Conceição e Ogum com São Jorge. Esse entrelaçamento permitiu que os rituais fossem realizados sob a aparência de cultos católicos. Além do Catolicismo, a influência das tradições indígenas também se manifesta em elementos como o uso de ervas, a valorização da natureza e certos rituais de cura. Já a aproximação com o Espiritismo Kardecista, principalmente na umbanda, se dá através da crença na comunicação com os espíritos, mas com uma abordagem mais popular e voltada às necessidades do povo.

Assim, as religiões afro-brasileiras, por sua capacidade de adaptação e incorporação de diferentes elementos culturais e religiosos, são muitas vezes enquadradas na categoria de religiões sincréticas, refletindo a riqueza e diversidade da espiritualidade no Brasil.

[...] as religiões afro-brasileiras sempre foram devedoras e dependentes do Catolicismo, ideológica e ritualmente. Só muito recentemente as religiões de origem negra começaram a se desligar do Catolicismo, já numa época em que a sociedade brasileira não precisa mais do Catolicismo como a grande e única fonte de transcendência que possa legitimá-la e fornecer-lhe os controles valorativos da vida social. Mas isso é um projeto de mudança nos referenciais de identidade que mal começou e que exige, antes, outras experiências de situar-se no mundo com mais liberdade e direitos de pertença.¹¹

No contexto atual, observa-se uma ressignificação simbólica e estética para dialogar com novas gerações e contextos urbanos. Elementos tradicionais são reinterpretados, visando permitir às novas gerações se conectar e se adaptarem aos contextos urbanos contemporâneos. Essa adaptação envolve a incorporação de elementos da cultura popular, como

¹⁰ PRANDI, Reginaldo. *SINCRETISMO AFRO-BRASILEIRO, POLITEÍSMO E QUESTÕES AFINS*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 12, n. 19 p. 11-28, jan./jun. 2011, p. 12. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/download/25784/15051/98300>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

¹¹ PRANDI, 2011, p. 14.

músicas e mídias digitais, que ajudam a transmitir saberes e práticas de maneira mais acessível e atraente. Essa abordagem não apenas preserva a essência das tradições, mas também as revitaliza, tornando-as relevantes para um público mais amplo e diversificado. Essa dinâmica é fundamental para a continuidade e a evolução dessas religiões, garantindo que elas permaneçam vivas e significativas na sociedade atual.

Religiões como o Candomblé e a Umbanda estão profundamente ligadas ao território e à ancestralidade africana, herdadas dos povos trazidos durante o período da escravidão. O “território” refere-se tanto ao espaço físico (como os terreiros) quanto ao espaço simbólico de conexão com a terra, a natureza e os orixás. A “ancestralidade” destaca a valorização dos antepassados e da tradição oral transmitida de geração em geração. Os terreiros não são apenas locais de prática religiosa; eles funcionam como centros comunitários que preservam saberes culturais, promovem a solidariedade e fortalecem a identidade afro-brasileira. Servem também como espaços de resistência contra o racismo e a intolerância religiosa, mantendo vivas tradições que foram historicamente marginalizadas.

Globalmente, à medida que essas religiões se espalham por outras regiões, especialmente entre as diásporas africanas, elas criam novos sentidos de pertencimento. Pessoas em diferentes países se reconectam com suas origens africanas e compartilham práticas culturais e espirituais, desafiando as fronteiras geográficas e culturais ao promoverem um sentimento coletivo de identidade e resistência cultural. Assim, essas tradições não só preservam heranças do passado, mas também se adaptam e se reinventam em contextos diversos.

O ativista político, escritor e líder quilombola Antônio Bispo dos Santos, também conhecido como Negro Bispo (1959-2023), define as estruturas de poder que tanto a religião quanto o sistema judicial podem utilizar para manter o controle social. Nesse sentido, ele faz referência a “doações generosas” e sugere que o acesso à defesa e, consequentemente, à justiça pode ser desigual, beneficiando quem tem recursos.

Ao frequentarmos um culto em um templo cristão monoteísta (um jurado em um fórum da justiça comum), podemos verificar todos os fiéis (cidadãos) postados verticalmente de frente ao altar (Tribuna do Júri), onde um pregador (Juiz) que possui status para falar em nome de Deus (da Justiça) fala das normas estáticas escritas na

Bíblia (Código Legal), cobra dos fiéis (cidadãos) comportamentos e ações voltadas para a vontade de Deus (Justiça), avisa que Deus (Justiça) punirá os desobedientes e por fim anuncia as possíveis sentenças. Porém em nome de Deus (Justiça) abre oportunidades para que os pecadores (réus) recorram aos santos (advogados) e, através de doações generosas (honorários), interfiram perante Deus (Justiça) pela a sua salvação (absolvição).

Nos terreiros dos povos pagãos politeístas (nas festas), as filhas e filhos de santo (pessoas da comunidade) se organizam circularmente no centro do terreiro (salão de festas), juntamente com a mãe ou pai de santo (animadora ou animador da festa) através de quem as deusas e deuses se manifestam, compartilhando a sabedoria da ancestralidade e a força viva da natureza, de acordo com a situação de cada pessoa da).¹²

A analogia revela como práticas sociais distintas, no caso citado, a religiosa e a jurídica, compartilham mecanismos simbólicos que reforçam hierarquias e legitimam autoridades. Além disso, o autor provoca uma reflexão sobre como a justiça, assim como a religião, podem ser manipuladas ou favorecidas por questões econômicas, apontando para a desigualdade no acesso à absolvição ou salvação, seja espiritual ou jurídica.

As religiões afro-brasileiras, historicamente, enfrentaram processos de marginalização e criminalização, perpetuando desigualdades, especialmente quando se observa o tratamento dado a elas, em comparação com tradições religiosas hegemônicas. No campo jurídico, práticas e manifestações culturais dessas religiões foram perseguidas e criminalizadas, evidenciando um uso do sistema de justiça para reforçar padrões racistas e coloniais. A luta pelo reconhecimento e respeito dessas tradições mostra como o acesso à “absolvição” ou “legitimação” pública é desigual, favorecendo religiões historicamente associadas às elites econômicas e políticas.

Do ponto de vista simbólico, tanto o sistema religioso quanto o jurídico operam com rituais, símbolos e autoridades reconhecidas (sacerdotes e juízes, por exemplo). [...] O mundo da vida cotidiana, sem dúvida em si mesmo um produto cultural, uma vez que é enquadrado em termos das concepções simbólicas do “fato obstinado” passado de geração a geração [...].¹³ Contudo, enquanto determinadas tradições religiosas são protegidas e reverenciadas, as de

¹² SANTOS, Antônio Bispo dos. *COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS: modos e significados*. Brasília. 2015, p. 39-40.

¹³ GEERTZ, 1978, p. 127.

matriz africana frequentemente são alvo de preconceito, revelando como a justiça e a religião podem ser manipuladas por interesses econômicos, raciais e políticos. “As religiões afro-brasileiras não fazem proselitismo nem são capazes de enxergar as outras religiões como oponentes, não veem nelas ameaça à sua própria sobrevivência. Em matéria de convivência com outras religiões, as afro-brasileiras são especialmente tolerantes.”¹⁴ Essa é uma reflexão que nos convida a repensar o papel do Estado e das instituições em promover uma verdadeira equidade, reconhecendo e respeitando a diversidade religiosa e combatendo práticas discriminatórias que ainda hoje afetam as religiões afro-brasileiras.

Apesar dessa relevância, as religiões afro-brasileiras ainda sofrem com desafios significativos, como o preconceito e a intolerância religiosa. Muitas vezes, praticantes enfrentam discriminação, estigmatização e ataques motivados por ignorância ou preconceitos religiosos, que frequentemente têm raízes em visões eurocêntricas e no racismo estrutural. Muitas vezes, elas ainda enfrentam desafios e preconceitos, e são alvo de discriminação e intolerância religiosa.

Religiões afro-brasileiras, como o Candomblé, a Umbanda, o Xangô, o Tambor de Mina e o Batuque, têm como traço marcante a tolerância religiosa e a ausência de proselitismo. Diferente de religiões com forte organização institucional e foco em expansão, as afro-brasileiras não enxergam outras religiões como inimigas ou ameaças à sua existência. Elas são praticadas em pequenos grupos organizados em terreiros, cada um liderado por um pai ou mãe de santo. Esses terreiros são autônomos e autossuficientes, funcionando de maneira parecida com um culto doméstico, sem uma hierarquia central ou uma organização que une todos sob regras e estratégias comuns. Isso significa que não existe uma “igreja” afro-brasileira única ou um órgão central que represente todas essas tradições diante da sociedade e de outras religiões.

¹⁴ PRANDI, 2011, p. 25-26.

MOVIMENTO CONTRA A DISCRIMINACÃO RACIAL E PELA VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

O movimento contra o preconceito e a discriminação racial, tanto no contexto global quanto no brasileiro, é marcado por lutas históricas, legislações, mobilizações sociais e culturais que visam a promoção da igualdade e o combate ao racismo estrutural. O combate ao racismo no cenário internacional ganhou força discursiva especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que defende a igualdade e a dignidade de todas as pessoas. Contudo, este período foi marcado por profundas contradições, como a própria instituição do apartheid na África do Sul no mesmo ano, o que demonstra a complexidade e os limites dessa luta no cenário global. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”¹⁵ Desde então, diversos marcos e movimentos se destacaram no sentido reivindicar o fim da segregação racial e pela igualdade de direitos para a população negra, bem como a luta por garantias de direitos e uma sociedade mais inclusiva.

De 2014 a 2024, a ONU declarou Década Internacional de Afrodescendentes, reconhecendo a necessidade de medidas para combater a discriminação e promover os direitos das pessoas negras.¹⁶

O contexto brasileiro enfrenta um racismo estrutural que remonta ao período escravocrata (1500-1888), sendo o último país das Américas a abolir a escravidão.

Com relação à religião dos povos escravizados, era vista pelos colonizadores como algo que precisava ser banido.

Na sociedade colonial as práticas religiosas dos negros eram vistas principalmente como “magia”, “feitiçaria” e “curandeirismo”, algo que estava relacionado ao mal,

¹⁵ UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

¹⁶ ONU. *As Nações Unidas do Brasil*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/64738-assembleia-geral-da-onu-aprova-decada-internacional-de-afrodescendentes>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

e precisava ser combatida, assim, a principal perseguição desta época era por parte da igreja católica, e depois veio a se estender a outros segmentos da sociedade.¹⁷

Desde o período colonial, as práticas religiosas dos povos escravizados sempre foram alvo de repressão por parte do Estado, da Igreja e da sociedade em geral, que as consideravam “primitivas” ou “demoníacas”. Essa visão preconceituosa foi alimentada pelo racismo estrutural herdado do sistema escravocrata e pela imposição de uma cultura eurocêntrica.

A intolerância religiosa sofrida pelas religiões de matriz africana, tem raízes históricas profundas, remontando ao período colonial. Durante a colonização, os colonizadores europeus impuseram sua cultura e religião (o Cristianismo) aos povos indígenas e africanos escravizados. Para eles, evangelizar esses povos era considerado essencial para a colonização. Essa imposição resultou na marginalização e demonização das religiões afro-brasileiras. Até hoje, essa intolerância se manifesta em agressões físicas e verbais, ataques a terreiros e na demonização das divindades afro-religiosas. Isso reflete a estrutura de poder criada na época colonial, que ainda influencia o modo como essas religiões são vistas e tratadas na sociedade contemporânea.

Os preconceitos e ações contra esse grupo, o de praticantes das religiões afro, em todos os países americanos em que essas religiões são praticadas, tem a ver com a formação da estrutura estatal sob a colonial modernidade, visto que, para o colonizador, evangelizar as populações submetidas (indígenas e africanos escravizados) era parte fundamental da empreitada colonial.¹⁸

O pós-abolição não garantiu direitos nem inclusão social aos negros, gerando desigualdades persistentes. No início do século XX, por exemplo, praticantes de Candomblé eram presos, terreiros eram invadidos e objetos sagrados eram apreendidos. A mídia e o cinema da época também reforçavam estereótipos negativos, contribuindo para a marginalização dessas religiões.

¹⁷ CARNEIRO, Abimael Gonçalves. *Intolerância religiosa contra as religiões afrobrasileiras: uma violência histórica*. In: IX Jornada Internacional de Política Pública, São Luís, 2019, p. 1-12. Disponível em: <https://docplayer.com.br/171578143-Intolerancia-religiosa-contra-as-religoes-afrro-brasileiras-uma-violencia-historica.html>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2025.

¹⁸ FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. *A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana*. Revista Calundu. Vol. 1, n. 1, jan-jul, p. 117-136, 2017, p. 118. Disponível em: <https://calundu.org/wp-content/uploads/2017/07/nathc3allia-a-raiz1.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

Apesar das adversidades, os praticantes das religiões afro-brasileiras resistiram e buscaram formas de preservar suas tradições. A Umbanda, por exemplo, surgiu no início do século XX como uma tentativa de conciliar elementos africanos com influências indígenas, católicas e espíritas, buscando maior aceitação social. Nos anos seguintes, o movimento de valorização da cultura negra e a luta pelos direitos civis trouxeram avanços, como o reconhecimento da liberdade religiosa na Constituição de 1988.

Ainda assim, os reflexos do preconceito persistem até hoje. Discursos de ódio e intolerância religiosa são problemas recorrentes. Combater esse cenário exige educação, respeito à diversidade e políticas públicas que garantam a proteção dos direitos dos praticantes dessas religiões. Valorizar as religiões afro-brasileiras é reconhecer a contribuição africana na formação da identidade cultural do Brasil e promover a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os Movimentos Sociais Negros no Brasil têm sido historicamente marginalizados pelas instituições de poder dominantes. Durante o século XX, esses movimentos desempenharam um papel fundamental na luta contra o racismo, pela valorização da cultura afro-brasileira e pela conquista de direitos civis e sociais. Apesar de sua relevância, a produção intelectual e cultural desses grupos foi frequentemente ignorada ou desconsiderada pelas instituições acadêmicas e intelectuais dominantes, que privilegiaram perspectivas eurocêntricas. No entanto, é preciso reconhecer seu protagonismo e capacidade de articulação política. Desde a criação da Frente Negra Brasileira em 1931 até iniciativas como o Teatro Experimental do Negro (1944), por Abdias Nascimento, esses movimentos agenciaram ativamente a luta por cidadania, contestando a narrativa de uma democracia racial.

[...] os movimentos negros no Brasil têm-se mobilizado para a realização de rituais de afirmação como celebração de datas, resgate de acontecimentos históricos, releitura e organização de arquivos que contestam a pretendida homogeneidade das histórias registradas e resgatadas pela memória cultural instituída, a promoção de atos públicos de protesto e de denúncia com vistas a interferir na base de construção

da memória, na disposição de forças políticas da sociedade e a intervir no desenho da auto-imagem do afro-brasileiro.¹⁹

Contudo, a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI, houve avanços importantes com a inserção de estudos sobre relações raciais, cultura afro-brasileira e história da população negra no meio acadêmico, bem como em termos de reconhecimento e proteção legal das tradições religiosas. Um exemplo marcante foi, em 2007, o reconhecimento do Candomblé e da Umbanda como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo IPHAN. Esse reconhecimento, embora um marco, é fruto de uma longa trajetória de debates sobre a preservação da cultura afro-brasileira que remonta, por outras vias como a do folclore, a políticas culturais de meados do século XX. Significando assim que essas religiões não são apenas práticas espirituais, mas também expressões culturais valiosas que devem ser preservadas e respeitadas. Esse marco fortalece a luta contra a intolerância, promove a valorização das religiões afro-brasileiras e ajuda a conscientizar a sociedade sobre a importância do respeito à diversidade religiosa.

Políticas públicas, como a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, o crescimento de intelectuais negros nas universidades, e também documentos oficiais como Diretrizes Curriculares, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orientam para um ensino que respeite à diversidade cultural religiosa do Brasil, demonstrando que o conhecimento religioso é “produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, notadamente da(s) Ciênci(a)s da(s) Religião(ões).”²⁰ Ainda assim, a superação dessa desvalorização exige uma mudança estrutural no reconhecimento e na legitimidade das vozes e saberes produzidos pelos movimentos sociais negros.

Ações promovidas em articulação com organizações internacionais vêm contribuindo para combater o racismo brasileiro. Tanto globalmente quanto no Brasil, a luta contra o racismo envolve políticas públicas, mobilizações sociais, mudanças culturais e educacionais, além do fortalecimento da identidade e da valorização das culturas de matriz africana.

¹⁹ SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 14.

²⁰ BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017, p.434.

As religiões afro-brasileiras representam um fenômeno cultural que transita entre o local e o global. Assim, as manifestações religiosas, não apenas mantêm tradições ancestrais, mas também moldam a identidade cultural local. A proposta é que o Ensino Religioso não se restrinja à instrução sobre uma única religião, mas que aborde o conhecimento sobre as várias expressões religiosas presentes na sociedade. Isso inclui a promoção do diálogo inter-religioso e a reflexão sobre temas como ética, moral, solidariedade e cidadania. A intenção é que os estudantes desenvolvam habilidades de empatia, tolerância e respeito à diversidade, fundamentais para a convivência em uma sociedade plural.

CONCLUSÃO

Este artigo analisou as transformações nas estratégias de resistência das religiões de matriz africana no Brasil, destacando a transição de um sincretismo histórico para uma luta contemporânea por direitos e reconhecimento institucional. A formação dessas religiões, a partir da diáspora africana, foi um processo fundamental para a preservação da identidade cultural, mesmo diante da repressão do sistema escravista.

A análise demonstrou que, se no passado o sincretismo foi uma tática essencial de sobrevivência, hoje a resistência se manifesta no campo político e institucional. O reconhecimento do Candomblé e da Umbanda como patrimônio imaterial pelo IPHAN e a implementação da Lei 10.639/2003 são marcos dessa nova fase. Tais políticas públicas representam avanços significativos, conferindo legitimidade e visibilidade a essas tradições. Contudo, a persistência da intolerância religiosa e do racismo estrutural revela os limites dessas ações e a necessidade de sua efetiva aplicação.

Nesse cenário, os terreiros se consolidam não apenas como espaços de prática religiosa, mas como centros de resistência cultural, transmissão de saberes e fortalecimento da identidade afrodescendente. Eles são protagonistas na luta por uma sociedade mais justa e plural, reafirmando a relevância das religiões afro-brasileiras na cultura nacional. O maior desafio permanece na luta por respeito, reconhecimento e liberdade religiosa em uma sociedade ainda marcada por desigualdades e preconceitos históricos.

REFERÊNCIAS

OBRAS GERAIS

- BASTIDE, R. *Les religions africaines au Brésil*. Paris: P.U.F., 1960.
- BASTIDE, R. *As religiões africanas no Brasil*. 2 vols. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1971.
- BERKENBROCK, V. J. *A Experiência dos Orixás: Um estudo sobre a experiência religiosa do Candomblé*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.
- CARNEIRO, A. G. Intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras: uma violência histórica. In: IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICA PÚBLICA, 2019, São Luís. p. 1-12. Disponível em: <https://docplayer.com.br/171578143-Intolerancia-religiosa-contra-as-religoes-afrro-brasileiras-uma-violencia-historica.html>. Acesso em: 26 fev. 2025.
- FERNANDES, N. V. E. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. *Revista Calundu*, v. 1, n. 1, p. 117-136, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://calundu.org/wp-content/uploads/2017/07/nathc3a1lia-a-raiz1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- MACEDO, E. *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?* São Paulo: Unipro, 2000.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois. Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 2003 – 2010*. 2. ed. Brasília: IPHAN, 2010.
- MAURÍCIO, G. *O candomblé bem explicado: Nações Bantu, Iorubá e Fon*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- ONU. As Nações Unidas do Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/64738-assembleia-geral-da-onu-aprova-decada-internacional-de-afrodescendentes>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- ORTIZ, R. *A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Braziliense, 1999.
- PRANDI, R. SINCRETISMO AFRO-BRASILEIRO, POLITEÍSMO E QUESTÕES AFINS. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 12, n. 19, p. 11-28, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/download/25784/15051/98300>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- RAMOS, A. *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo: 1942.

SACRAMENTO, M. P. do. Povos tradicionais de terreiro: memória, resistência e construção das relações nas políticas públicas. Dissertação - (Mestrado) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, A. B. dos. *COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS: modos e significados*. Brasília: 2015.

SANTOS, M. O território e a Constituição. *Revista de Administração Pública*, v. 20, n. 4, p. 65-69, 1986.

SOUZA, F. da S. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 28 fev. 2025.

Recebido em: 06/03/2025 – Aprovado em: 10/09/2025